



FRENTES DE EXPANSÃO – DINÂMICA DEMOGRÁFICA E AGRO-PASTORIL NA SÃO PAULO SETECENTISTA E DÉCADAS ADJACENTES

Mateus de Almeida Prado Sampaio
Universidade de São Paulo
Bolsista FAPESP
mapas@usp.br

Resumo

O artigo trata da importância relativa que teve o processo de interiorização demográfica e econômica na Capitania/Província de São Paulo para o amadurecimento da idéia de Independência Nacional do Brasil.

Palavras-chave: São Paulo; Agricultura; Expansão para o Oeste; 1750-1850

Dei, portanto, princípio, e fim a tão honrosa tarefa, suprimindo os meus bons desejos a escassez de tempo, meios, e talentos próprios para o seu completo desempenho. O golpe de vista, o passo, e agulha; as pessoas mais cordatas das diferentes povoações, a quem consulte; algumas idéias adquiridas e diversos autores, e o meu fraco critério, foram os únicos e verdadeiros guias. – Luis d'Alincourt (1818)

Ampliação e retalhamento da capitania de São Paulo (séculos XVII e XVIII)

No que se refere aos dotes naturais da capitania, destacava-se uma planície litorânea estreita, ao norte e ao sul, comprimida entre o oceano e o íngreme escudo cristalino da Serra do Mar, havendo apenas uma reentrância mais prolongada, onde se localiza o rio Ribeira de Iguape. Aí predominavam os solos hidromórficos provenientes da associação entre terras baixas e lençol freático excessivamente superficial, o que os tornavam pouco propícios para a agricultura que sabiam os lusos fazer. Subindo-se a serra, no planalto, predominava ampla rede hidrográfica voltada ao interior, que ao invés de buscar o mar pela via mais curta, servindo como escoadouro, era um caminho pronto rumo ao desconhecido, tornando-se o porto de Nossa Senhora da Mãe dos Homens de Araritaguaba o principal ponto de partida para tais expedições exploratórias.

O perfil de seu povoador na capitania de São Paulo nos primeiros tempos era um misto de cavaleiro medieval, há pouco terminado de expulsar os mouros da Península Ibérica; aventureiro, faísqueiro, procurador de ouro; e pobre, vadio degredado e/ou delinqüente deportado da Metrópole. A ambição por ouro e mão-de-obra indígena levava e trazia – esta segunda não deve ser tomada enquanto

premissa certa – os colonos aos confins das terras incógnitas, havendo casos excepcionais em que se alcançou o rio Amazonas ou a cordilheira peruana. Fosse pelo mito do “*El Dorado*” ou pela pragmática necessidade de obter “braços para a lavoura”, aprendiam os paulistas “como transpor as passagens mais convenientes, as matas espessas ou as montanhas aprumadas, e como escolher o sítio para fazer pouso e plantar mantimentos”.¹

A relação entre a fundação de novas capelas, a constituição de novos bairros e o êxito de algumas bandeiras era patente. Os mais ricos senhores de moinhos de meados do XVII abriam novas frentes de ocupação do território, cabendo a todo o entorno da Serra da Cantareira uma posição central: Santana, Nossa Senhora do Ó, Mandaqui, Tremembé, Santa Inês, Canduguá (Francisco Morato), Mairiporã, Juqueri e, no limite norte, o foco de expansão alcançava Atibaia, firmando-se esses pontos como bases bem sucedidas de colonização. Toda a base material da sociedade paulista se assentava sobre os “*negros da terra*”, cuja compensação tida como justa e suficiente pelos serviços era comida, roupa, atendimento médico e, acima de tudo, doutrinação espiritual.² Nas palavras de um dos mais famigerados colonos da época, “*se lhes faz um irremunerável serviço em os ensinar a saberem lavrar, plantar, colher e trabalhar*”.³

Dos pontos de vista agrícola e de ocupação territorial, acrescentaríamos a etapa vinculada ao cultivo de trigo para auto-abastecimento e para fornecimento às demais capitanias da colônia. Nessa época, Manoel Fernandes, diante da relativa saturação de posses vivenciada na capital paulista, já havia dado importante contribuição à interiorização da agricultura e da ocupação demográfica do “*sertão paulista*”, o “*oeste*”. Tendo fundando Santa Anna de Parnaíba “*pelos anos 1580*”, coube aos seus rebentos Domingos e Balthazar, ambos “*intrépidos bandeirantes*”, respectivamente a ereção da capela de Nossa Senhora da Candelária de Utu-Guaçu (Itu), em 1610; e a fundação de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, em 1645.⁴ Eram daquela estirpe que “*anda nove legoas a pe antes de jantar*”.⁵ O equilíbrio entre ampliação dos súditos por catequese e “*administração*” dos indígenas, e êxodo e dispersão da população pela busca do desconhecido e dos minerais preciosos, levava ao crescimento demográfico intensamente associado à miscigenação até a década de 1690. Com as grandes descobertas de ouro em Minas Gerais, houve um deslocamento massivo para as áreas auríferas e diamantinas, fenômeno que foi realçado com a descoberta das minas de Goiás e Cuiabá, no segundo decênio do XVIII. Em 1720 Minas Gerais é destacada da capitania paulista, tornando sua administração desvinculada da de São Paulo, e já em meados desse mesmo século, os dízimos provenientes da nova região atingiam 92:038\$000, ao passo que os da área *mater* não iam além de 10:600\$000. O deslocamento dos interesses para a nova capitania determinou uma reorganização intensa na agricultura paulista: se ao longo do XVII São Paulo havia sido o principal foco de produção de trigo na colônia, exportando farinha para as demais capitanias, já em 1724 havia insuficiência desse gênero, apelando-se para a importação.⁶

Em meio à poeira e água

Firmadas e rotas fluviais e terrestres de penetração dos sertões, era preciso mantê-las perenes, dotando-as de condições mínimas de trafegabilidade e amparo aos transeuntes. Avaliaremos mais amiúde apenas duas, a monçoneira e a do Anhanguera, que nos são as de maior interesse pois as mais diretamente vinculadas aos sertões de Mato Grosso e Goiás, respectivamente, e as que por mais tempo se mantiveram atreladas economicamente à São Paulo. Esses primitivos caminhos eram, a princípio, quase desabitados por colonos e muito inóspitos. Inicialmente estes percursos não tinham importância econômica em si, servindo apenas de interligação entre os pontos isolados no interior de Goiás e Mato Grosso, onde se encontravam as jazidas auríferas, e os núcleos já firmados pelos colonizadores, assim como o porto escoador de Santos.

Os caminhos terrestres eram, no início, pouco melhores do que carreiros de anta, e um primeiro progresso definitivamente alcançado foi a introdução em grande escala dos animais de transporte. Nesse sentido, as áreas de campos naturais, as de cerrados, e mesmo de catanduvras, eram bem menos avessas à penetração que as densas matas, sendo por isso preferidas no estabelecimento dos longos caminhos. Buscando esse tipo de terreno se fez o “*Caminho do Anhanguera*”, que margeava os contrafortes do conjunto de serras que dividiam as capitanias de São Paulo e Minas Gerais (serras do Cervo, de Batatais, de Franca, etc.) até alcançar o rio Grande. Novo progresso surgiria com o estabelecimento de pontes, pousos e, mais tarde, a introdução dos veículos de roda para jornadas mais extensas.⁷ Essas melhorias foram, no entanto, acompanhadas das passagens, onde se passava mediante pagamento de um tributo. Os “*pousos*” eram propriedades particulares, adquiridas por doações de sesmarias feitas por parte da coroa aos solicitantes, ou simplesmente eram oriundas de apossamentos. Distavam em média cinco léguas uns dos outros e ofereciam alimentação e descanso à pessoas e animais, além de informações gerais sobre as condições de tráfego do caminho. Às margens dos rios Atibaia, Jaguari, Pardo e Grande - estes quatro em território que ainda hoje pertence à São Paulo - e o das Velhas, Parnaíba, Guacurumbá, Meia Ponte e dos Pasmados ficaram, a partir de um bando feito publicar por ordem do governador Rodrigo César de Meneses, em 1726, pertencendo à sesmarias concedidas à Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) por “*três vidas ou três gerações, numa média de 100 anos*”⁸. Este deveria auxiliar as travessias, podendo por isso cobrar uma taxa. A crescente movimentação de mascates, tropeiros, autoridades e aventureiros contribuía para a fixação dos pousos e de residentes ao longo desse caminho. Com isso houve, entre 1720 e 1750, uma primeira leva de distribuição de sesmarias na região. Surgiam ali ranchos e roças, com pequena produção de gêneros da terra.⁹ As ligações com caminhos que se dirigiam ao centro minerador mineiro, ou através dessa capitania até o Rio de Janeiro, por Pouso Alegre, Ouro Fino, Jacuí, Cabo Verde, Piumhy e Dezemboque, entre outros, contribuía para dinamizar a região, onde ocorriam pequenas lavras e núcleos faiscadores, fazendas de criar e alguma circulação de pessoas.

Se no caminho do Anhanguera os rios e córregos eram obstáculos a serem transpostos, na rota das monções as águas eram justamente as principais vias, sendo apenas pontualmente complementadas por acessos por terras em seu rumo ao interior. A navegação do Tietê (ou Anhembí) era demorada e repleta de cachoeiras, todas diversas “*não só entre si, mas cada uma de si mesma, à medida em que os rios levam mais ou menos água*”.¹⁰ Logo após a partida da “Monção” já havia uma sequência de saltos causados pelos desníveis geológicos da Depressão Periférica.¹¹ Já nas barras do Capivari, Sorocaba e Piracicaba, entre outros menos, existia grande quantidade de madeiras úteis, de notável qualidade, tais como perobas e cabreúvas. Em seu médio curso as águas excepcionalmente calmas atribuíam-lhe o nome de “rio morto”, de navegação morosa, onde se notava que “os terrenos elevados da margem esquerda conservavam uma pujante vestimenta florestal [e] os da direita apresentavam vegetação mais rala e mesmo extensas campinas”.¹² Dentre os desníveis consideradas mais violentos, que obrigavam a tripulação a aportar, descarregar e arrastar todo o conteúdo que continham as canoas e contornar por terra o obstáculo, estavam os saltos de Avanhandava, Escaramuça, Itu-Panema, Aracanguá-Guaçu, Itapura, Urubupungá. Outra atração atribuída ao grande rio paulista, que em língua tupi significa “rio verdadeiro”, era sua variedade de bons pescados: dourados, pintados, jurupocas, piracanjuba e, principalmente, os enormes jaús, que podiam chegar a medir oito palmos e pesar mais de seis arrobas. “Salgados e reduzidos a postas, eram vendidos depois nas povoações, com lucro apreciável para os comerciantes”.¹³ À diferença das rotas terrestres, esse percurso não contava com pousos regularmente distribuídos ao longo do trajeto, havendo, quando muito, paragens preferenciais. Era esse o caso do “*abrigo de uma aleitada figueira [... cujo] o tronco principal era tão grosso que mal podia ser abarcado por quatro homens; dava sombra espessa a mais de vinte passos em torno [...] como o lugar é pouso certo das*

*monções, o terreno está aplainado e limpo, comodidades que a nossa gente aproveitou para dançar até depois da meia noite. Cantou, brincou e bebeu muita cachaça”*¹⁴

Uma agricultura que “dava para o gasto”

Tanto um caminho quanto outro desempenhou importante papel para a interiorização e fixação da população e da agricultura, ampliando a área economicamente produtiva no “oeste” paulista para além de seus limites anteriores às grandes descobertas. O que não nos parece claro, no entanto, é como se deu esse processo de expansão e reconfiguração sócio-espacial; quais as repercussões mais imediatas dessas descobertas e do estabelecimento desses novos caminhos; e que identidades particulares tomaram cada uma das diversas regiões que compunham seu grande “oeste”. Alguns autores interpretam-na como fase de deliberado otimismo, outros impõem sérias ressalvas à essa visão. Monteiro considera que *“na época do ouro a agricultura paulista contribuiu pouco para o mercado mineiro, apesar dos preços inflacionados que atingiam o milho e o feijão [... e que] a maioria das transações com as minas envolvia aguardente, escravos e, sobretudo, gado [...] isso faz sentido quando se considera o custo do transporte [...] pois] as minas de ouro exigiam uma longa viagem de até dois meses”*.¹⁵ Essa interpretação não é de todo negada pela de Ellis Jr., para quem a maior monetarização da vida colonial paulista, dada em função do aparecimento do comércio interno e com as capitanias novas que haviam surgido por desmembramento do antigo território de São Paulo (Minas Gerais, 1720; Santa Catarina, 1739 e Goiás e Mato Grosso, ambas em 1748), estimulou que surgisse, em “*serra acima*” (ou seja, no planalto) a produção de gêneros para consumo na colônia. Assim *“a região piratiningana forneceria às terras do ouro, as suas poucas disponibilidades em trigo, milho, feijão, batatas, marmelada, laticínios, gado, carnes salgadas, manadas de carneiros, réguas de porcos, lã, algodão, açúcar, tecidos, roupas feitas, couros, etc.”*¹⁶

Monbeig relativiza ser a distância um impeditivo analisando o comércio francano, que em longas viagens de até três meses de duração, levava sua produção à Jundiá ou São Paulo, e retornava com mercadorias, das quais se destacavam o sal e o ferro. *“Uma porcada reunia quatro ou cinco talhadas ou grupos de cerca de quarenta cabeças. O rebanho era escoltado por carros de boi, carregados de toucinho e carne seca, destinados ao abastecimento dos condutores e a venda do excedente. Levava-se também um pouco de fumo.”*¹⁷ Poderíamos acrescentar, em função dos relatos de Saint-Hilaire, também o algodão. Chegado o sal à Franca, este era redistribuído numa rede de localidades ainda mais interioranas, que abrangiam terras mineiras, o sertão da “Farinha Podre” (triângulo mineiro, sobretudo nas proximidades de Uberaba), goianas e mesmo mato-grossenses através de Sant’Ana do Paranaíba.

Por outro lado, se analisarmos discursos de época, notaremos certo temor e desconfiança quanto ao desenvolvimento da capitania. O Morgado de Mateus, após assumir seu comando, afirmava ter achado *“esta Capitania morta e ressuscitá-la hé mais difícil do que criá-la de novo. O criar está na responsabilidade de qualquer homem, o Ressuscitar foi milagre reservado para Cristo”*.¹⁸ Este não concordava com os hábitos estabelecidos em São Paulo, cuja limitação das técnicas agrícolas, a ausência de comércio significativo (entenda-se, de exportação) e a grande disponibilidade de terras faziam com que seus moradores, *“por conseguirem o engodo do mato virgem, largão a habitação das povoações e vão atrás do mato afastando-se cada vez mais da Sociedade Civil [... além disso] homens, como mulheres, pela mayor parte não fazem nada; de noite e de dia estão deitados ou balançando na rede”*.¹⁹ Para D’Alincourt, um grande abafador do desenvolvimento agrícola, ao menos para as vilas, arraiais, capelas e povoados existentes ao norte de Jundiá, existentes ao longo do caminho do Anhanguera eram o abusivo custo representado pelos pedágios pagos nas passagens.

Citando o exemplo da passagem do rio Tibaia (ou Atibaia), em que um homem a cavalo pagava 120 réis (3 vinténs); uma besta sem carga, 120; e com ele paga segundo os volumes; um carro 1200 réis (quase 4 patacas!); e uma pessoa a pé 40 réis para cruzar uma ponte de má construção, ameaçada de ruína, mui estreita e sem resguardos laterais, indignou-se. Parecia-lhe caso *“assaz pesado ao público e até impolítico [... pois] as avultadas pagas, repetidas nas passagens de tantos rios, fazem um mal real enfraquecendo a cultura em todos aqueles povos, que demoram além deles; porque não podendo reputar os seus efeitos, como outros cultivadores, que não tem de pagar a tais passagens, cuidam só em plantar o necessário à sua própria subsistência [... e] S. José de Mogimirim [...] manifesta sensivelmente o lastimoso dano provindo das pagas das passagens; a cultura das terras cada vez vai em maior decadência, e o geral do povo, como não pode exportar, e não é animado pelo interesse, mola real do coração humano, tem-se entregado à indolência, e preguiça; causas fatais à população”*.²⁰ Suas observações derivam basicamente da comparação entre as lavouras existentes em Jundiá e, sobretudo em Campinas, então em pródiga expansão, contrapondo-as com as mais distantes, sobre as quais justamente recaia maior número desse tipo de tributação.

Já o tenente-general José Arouche Toledo Rendon enxergava numa conjunção de fatores internos os motivos do atraso experimentado na capitania. A preguiça e a indolência dos roceiros, a libertação dos índios administrados e a carência por instrumentos agrícolas feitos de ferro, assim como o estrago causado por aves de bico redondo (araras, papagaios, maitacas, etc.) e pela avidez das saúvas impediam o maior desenvolvimento desejado. Para ele, os caboclos eram *“despidos daquela bem regulada ambição que faz florescer os Estados e impelle os homens ao trabalho e às indústrias”*.²¹ Com isso, o *“lavrador paulista apenas trabalha no ano dois a três meses. O que pretende fazer a sua roçada ou a derrubada de mato convoca os seus vizinhos para certo dia em que, pegam nos machados e nas foices, mais animados do espírito pela caninha que do amor ao trabalho”*²² [e] *“de todos os mais vadios eram os índios. Na verdade antes que o Senhor Rei D. José, de saudosa memória, os declarasse livres, não eram supérfluos ao Estado; os paulistas, que os conquistaram, os faziam trabalhar; porém desde a época da soltura [...] tornaram ao costume de não plantarem”*.²³ A arguta análise de Cândido entende que tal fenômeno *“não deve ser considerado vadiagem, mas desnecessidade de trabalhar [...] plantava-se para viver, com pouca ou nenhuma utilização comercial do produto [...] em caso de enfraquecimento do solo, associado à precariedade da técnica, era possível recorrer a novas terras, onde se recriavam as condições anteriores, não apenas de produtividade, como de isolamento [...] o desamor ao trabalho estava ligado à desnecessidade de trabalhar, condicionada pela falta estímulos prementes, à técnica sumária e, em muitos casos, à espoliação eventual da terra”*.²⁴

A ausência de títulos fundiários por parte desse tipo de *“bandeirante atrofiado [...] caçador subnutrido, senhor do seu destino graças à independência precária da miséria”*, que significariam uma mínima segurança jurídica ao pequeno agricultor, somava-se ainda a existência calcada sobre *“um mínimo vital e um mínimo social: alimentação apenas suficiente para sustentar a vida; organização social limitada à sobrevivência do grupo”*.²⁵ A essa apreciação corrobora Dean, concluindo que muitas das vezes, esses sertões eram territórios povoados pelos que *“não tinham terra”*, pelos jovens aptos que conseguiam escapar ao recrutamento, por criminosos que fugiam da lei e errantes em geral. A ausência de posse legal era, ao mesmo tempo, estímulo à referida lassidão, assim como à interiorização da ocupação do solo. Dentre os pequenos roceiros, habitantes das capuavas e taperas, *“a maioria foi sumariamente expulsa pelos donatários [de sesmarias]. Deixá-los permanecer, mesmo que o novo dono não tivesse intenção de utilizar a terra imediatamente, teria colocado em questão o seu próprio direito, além de oferecer mau exemplo para os rendeiros que ele pudesse ter instalado na propriedade [...] Ameaças e danos às plantações em geral precediam uma violência maior, de maneira que a expulsão quase sempre se processava sem*

derramamento de sangue [...] Ainda que a simples retirada não fosse muito difícil, muitos donatários ou seus sucessores compravam pequenos lotes, talvez na esperança de fixar com maior segurança os limites da sesmaria. É possível, porém, que essas vendas fossem forçadas, o que representaria então apenas uma variante do padrão usual de expulsão [... destarte] Provavelmente a agricultura pouco racional que se praticava nas novas regiões se devesse em parte à quase impossibilidade de conseguir a posse legal das terras. Talvez os métodos predadores também limitassem a profundidade do conflito gerado pela remoção dos caboclos, pois o que estava em jogo era uma clareira que, de qualquer maneira, teria de ser abandonada dentro de algum tempo. Era raro um ocupante primitivo escolher a alternativa de pedir para ficar na sesmaria como rendeiro. Sempre havia mais um trecho de floresta, de graça. O fluxo da população, rápido como era, processava-se sempre mais para o interior despovoado.”²⁶ Fazia-se jus o provérbio da época - “Deus é grande, mas o mato é ainda maior” – e assim sintetizou Monbeig: esses caboclos “eram os predecessores da vaga pioneira, repelidos por ela, mas abrindo-lhe passagem”.²⁷

Parece-nos ser um caso típico de “compra” de terras para legitimar o seu “grilo” o do documento que a seguir transcrevemos: “Digo eu Joaquim Gomes Moreira que vendi uma posse a Sra. D. Anna Joaquina em preço de oito mil reis cuja quantia recebi em um potro ao fazer deste. Cuja posse de terras está dentro da sysmaria que a dita senhora tirou para o que lhe passo todo o domínio e senhorio que tinha nelas e as pôde possuir como suas que são e ficam sendo. E por não saber ler nem escrever pedi e roguei a Teodoro António Filgueiras de Castro este por mim fizesse e como testemunha assinasse e eu me assino com uma cruz sinal de que uso e para sua clareza passei este para o tempo lh'as fazer boas por não terem embaraços com pessoa alguma hoje. Jundiahy, a 25 de Fevereiro de 1787 anos”.²⁸ Em certos casos, no entanto, eram-lhes concedidas permissões para permanecerem nas terras do grande proprietário. Em certos casos, eram ainda importantes peças no funcionamento das mesmas, fosse por seu estabelecimento “em pontos isolados da fazenda [o que] poderia, inclusive, assegurar a defesa daquelas terras para o dono, já que lá estavam e plantavam seus mantimentos [... fosse pelo] alto preço do cativo [que] teria levado essas pessoas a receber em suas casas grande número de agregados, utilizados como mão-de-obra de menor custo”²⁹ Conforme elucidou Taunay, “o único recurso que ao pobre cabe, é pedir ao que possui léguas de terras a permissão de arrotear um pedaço de chão. Raramente lhe é recusada tal licença, mas como pode ser cassada de um momento para o outro, por capricho ou interesse, os que cultivam o terreno alheio e chamam-se agregados, só plantam grãos cuja colheita pode ser feita em poucos meses, tais como o milho e o feijão”³⁰ A instabilidade e a incerteza de “poder ficar” na terra, seriam, dessa forma, responsáveis em grande parte pela precariedade das condições em que viviam, assim como pelas constantes incursões matos adentro. Aos que ficavam, cabia a vassalagem: “Por faculdade do dono da sesmaria se achavam arranjados nas suas terras e por esmolas trabalhavam em cultivados que tinham plantado”, comprometendo-se a pagar dois frangos por ano, não podendo derrubar mata virgem nem pedir recompensa por benfeitorias que fizesse, podendo ser expulso das terras se alegasse posse.³¹ Esse pequeno produtor freqüentemente não conseguia inserir-se na escala mercantil, via de regra cabendo-lhe apenas a seguinte descrição, comum na época: “planta para o gasto”.

A internacionalização dos novos sertões

Tanto no plano interno quanto no internacional, a conjuntura apontava-se favorável ao estabelecimento de uma nova forma de ocupação do solo, esta voltada à produção de mercadorias para o comércio estrangeiro. A Guerra dos Sete Anos já havia castigado as colônias antilhanas francesas e inglesas (sobretudo Guadalupe, Martinica, São Vicente, Santa Lúcia e Granada) entre os anos 1759 e 1763. Nova guerra assolou a região. A Independência dos EUA havia cortado o

fornecimento de gêneros alimentícios para as ilhas do Caribe, assim como o comércio bilateral (e ilegal) de rum, açúcar e tabaco, fornecidos pelas ilhas, em troca de manufaturados, alimentos e escravos. O corte brusco de fornecimento das Treze Colônias às *Sugar Islands* desencadeou-lhes uma crise imediata, e a Jamaica foi a maior prejudicada: tendo produzido 60.000 t. de açúcar em 1773, declinou para 26.000 t. já em 1777. No quinquênio 1780-1784 morreram de fome na ilha mais de quinze mil escravos.³² A Revolução Haitiana, iniciada em 1791 excluiu a ilha de Santo Domingo do comércio açucareiro, representando um vácuo equivalente a algo entre 30% e 40% menos do produto disponível no mercado mundial.³³ Londres, Nantes e Amsterdã foram, durante o século XVIII, os três principais portos açucareiros da Europa, sendo França e Inglaterra responsáveis por 79% de todas as importações desse produto no Velho Mundo em 1791 – a primeira nação era ainda importante reexportadora no comércio europeu, repassando mais de 80% de suas compras. Esses portos ditavam as cotações, e o abastecimento insuficiente causado pelos conflitos vigentes nas Índias Ocidentais, além de pressionar a elevação dos preços, favoreceu as especulações e difundiu as até então limitadíssimas vendas de mercadorias futuras. “Nesse tipo de venda não havia uma entrega imediata da mercadoria por parte do vendedor: este simplesmente se comprometia a colocá-la à disposição do comprador ao findar o prazo estipulado no contrato [...] Logo a posse de um contrato de entrega de açúcar futuro adquiriu tamanha importância que tais contratos começaram a ser negociados no mercado, convertendo-se em mercadorias *per se*”, alavancando os preços, inflacionando o mercado, criando ganhos adicionais aos especuladores.³⁴ Tamanha foi a elevação das cotações que valencianos, andaluzes e sicilianos, que há muito haviam abandonado o cultivo canavieiro retomaram-no, no entanto, uma vez mais sem sucesso. A perspectiva interna também era favorável ao estabelecimento de intensas mudanças que complementassem as demandas externas.

A transferência da capital da colônia para a cidade do Rio de Janeiro (1763), seguida pela vinda da família real e da corte lusitana (1808), assim como da abertura dos portos às nações amigas (1810), ampliavam o caráter mercantilista até então pifamente imbuído nas terras paulistas. A decadência do comércio com as minas de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais foi logo compensada pelo estabelecimento de mais atrelados vínculos econômicos com a nova capital do Brasil. Num “equilíbrio dinâmico” entre o díptico *interno* (sertão, roçados, auto-consumo) x *externo* (metrópole, trabalho, comércio), achava-se o sertão paulista em nova encruzilhada de sua história. A enorme ampliação de importância vivenciada pelo porto carioca criou, para uma grande extensão de terras (certamente maiores, em área, do que a França) a ele tornadas subsidiárias. Assim surgiu a possibilidade destas se inserirem numa nova dinâmica sócio-espacial, principalmente no que tange ao seu uso agrícola de grande quantidade de recursos naturais disponíveis e, diga-se de passagem, inaproveitados até o momento.

Mantinha-se a marcha masculina para o “*oeste*”, fosse procurando novas terras, fosse escondendo-se do alistamento compulsório decorrente dos conflitos com os castelhanos nas fronteiras do sul.³⁵ Caipiras, vadios, administrados, bandoleiros, Vigários, Brigadeiros, futuros Senadores, Regentes, Barões e Condes, todo tipo de gente embrenhava-se sertão adentro, em busca da mera sobrevivência ou enriquecimento e poder. Ainda que novas habitações surgissem ao longo das margens do Tietê, sobretudo em barras de afluentes, quedas d’água ou locais onde na seca dava mau,³⁶ tais como Pederneiras, Bariri e Jaú, e que firmassem os povoados estabelecidos na estrada do Anhanguera, como Mogi-Mirim, Casa Branca, Batatais, Cajuru e Franca, a coroa considerava fraca a situação geral da capitania, motivo pelo qual ao Morgado de Mateus havia sido atribuída a incumbência de melhorá-la. Nesse sentido, por uma Ordem Régia em 1766, “ordenava que todos os homens que se achassem vagabundos ou estabelecidos em sítios volantes no sertão, fossem obrigados a escolherem locais apropriados para erguerem povoados com pelo menos 50 fogos [...] e] os que não atendessem dentro do prazo a ser assinalado nos editais que se afixariam, seriam tratados como salteadores e

como tais punidos com severas penas das leis”.³⁷ Com essa medida pretendia ter, ao menos em teoria, a população sob maior controle e melhor disposta ao real serviço, isto é, propiciando à metrópole benefícios fiscais e mais homens para a defesa do território. Mandou ainda que se reabrisse um velho caminho terrestre para as minas de Cuiabá, inaugurado em 1726, mas há tempos em desuso, conhecido como Picadão de Cuiabá. Tal caminho, cujo percurso originalmente se imaginou poder fazer a partir da vila de Sorocaba “*atravessando pelo morro de Hybyticatu*”³⁸ e atingindo-se o rio Grande (rio Paraná), daí rumando para Cuiabá, foi logo descartada. Optou-se, ao invés, por seguir pela margem direita do Tietê, pelos campos de Araraquara, obra que ficou a cargo de Manuel Godinho de Lara, já que esse pedia “*menos que os mais*”.³⁹ Após seu fracasso, foi a vez de Luís Pedroso de Barros, o Moço, que andava foragido porque fora considerado co-autor de um crime e por isso tinha sido condenado, oferecer-se, no ano de 1723, para executar a tarefa. Caso obtivesse êxito, o que de fato logrou, ficaria considerado livre. Após cruzar campos, “*serrados*”, catanduvras e matos virgens, assim como o rio Jacaré-Pepira, atingiu seu objetivo, descobrindo vastas pastagens naturais e aproveitando-se das “*fousses*” e machados que levava, abriu algumas “*rossas*”. Já em 1726 trazia-se de Mato Grosso, por essa via, o primeiro comboio de gado vacum e cavalos.⁴⁰

Com a fundação da Praça de Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Fernando de Paula, mais conhecido como Forte (ou Presídio) do Iguatemi, erguido entre 1765 e 1770 por mais de 350 homens sob o comando do Capitão João Martins de Barros e sob ordens do Morgado de Mateus e do Marques de Pombal, era necessário abastecê-lo constantemente com provisões. Uma das monções encarregadas de levar os suprimentos, comandada em 1769 pelo sargento-mor Teotônio José Juzarte, partiu de Araraguama com armas de guerra, munições ainda de “*toda casta de criações e animais para a produção*” e instrumentos para a lavoura. Ao alcançar seu destino final, escreveu o chefe da expedição que o forte se encontrava inacabado, e “*a razão disto era o não haver com que se pudesse continuar a sua construção, porque não havia ferramentas, não havia artífices, nem os homens podiam trabalhar por falta do Diário sustento, e vestuário [... n] aquela guarnição a qual se achava nua, morta de fome, e em um lugar onde não tinham comunicação para parte alguma.*”

Terminado a fortificação, o passo seguinte era retomar a rota terrestre perdida para o mato, tarefa que coube, em 1770, a Antonio Correia Barbosa – ituano de 40 anos, morador de Porto Feliz, fabricante de embarcações e grande conhecedor das águas e das terras daqueles rincões. Sua primeira missão era estabelecer um povoado durável na barra do rio Piracicaba com o Tietê, local de onde se retomaria, mais ou menos, o velho caminho por terra outrora abandonado – para isso tendo sido nomeado “*capitão-povoador*”. “*Faz-se-me preciso recomendar a Vm.ce que o Citio da nova Povoação de Pirassicaba deve ser escolhido perto da Barra que faz o mesmo Rio no Tietê, procurando com todo cuidado que a Pvoação seja fundada em parte m.to acomodada a boa vivenda dos moradores [...] que possam aproveitar-se p.a vender os seus fructos*”.⁴¹ Desobedecendo em partes as recomendações recebidas, não fundou a povoação na barra dos dois rios por se tratar de local insalubre, subindo o Piracicaba até o salto de mesmo nome, onde já estavam estabelecidos alguns roceiros, num ponto que até então se fazia favorável ao contrabando de ouro, pois desviava-se assim do Registro de Araraguaba. O terreno era bem dotado de peixes e madeiras e ele acabou por fundar a povoação com administrados, vadios, dispersos e vagabundos que para tal mandara congregar.⁴² O primeiro orago foi Nossa Senhora dos Prazeres, que, quando teve a oportunidade, o Povoador Antonio logo transferiu para Santo Antonio, atribuindo essa mudança ao fato de ter a primeira imagem santa descido rio abaixo. O começo foi difícil, e as “*diminutas forças dos freguezes levou o Parocho*” a abandoná-los mais de uma vez.⁴³

Quando uma parte considerável do roteiro terrestre já tinha sido recuperada, chegou a notícia de que o Iguatemi havia sido destruído e que não se daria continuidade ao plano inicial. Entretanto a fertilidade e disponibilidade de terras no local, agora acessíveis pela estrada que fora feita ligando esse povoado à Itu, através do local denominado Capivary, já havia despertado o interesse de fazendeiros, sobretudo senhores de engenho que encontravam dificuldades em manter suas lavouras em Itu devido à falta de lenha para as fornalhas e ao elevado preço que alcançavam as terras nessa antiga vila (elevada em 1657). Nesse sentido o abandono do Iguatemi e decadência das minas reduziram a pequena indústria de canoas e o cultivo de cereais, porém não chegaram a prenunciar o retorno às agruras iniciais, visto que se abriram novas perspectivas de implantação de outras culturas e atividades econômicas, das quais o açúcar se tornaria logo o principal.

Em 1816 a obra do Povoador havia crescido e se firmado, levando a que, *“por tão ponderosos motivos que os suplicantes desejam implorar a Sua Majestade a mercê de mandar exigir em vila a dita freguesia, suplicando ao mesmo tempo a mercê de a denominarem – Joanina – por derivação do augusto nome de Sua Majestade e em sua perpétua memória”*. Em 1822 há menos de um mês antes da proclamação da independência, chegava a mensagem aguardada: *“Tendo ai concorrido nas casas de residência [...] as pessoas mais qualificadas da mesma freguesia e o povo dela [...] que erigia essa povoação em vila, com a denominação de Vila Nova da Constituição”*. Logo se demarcou uma praça com quatro marcos de pau de peroba lavrada e no centro fincou-se o pelourinho *“lavrado e oitavado, de madeira de cabreúva groça, e composto de com quatro braços de ferro, com seus argolões”*. Estava elevada Piracicaba à condição de vila.⁴⁴

Quanto à Itu, esta era, por antonomásia, o centro açucareiro da capitania, o que pode ser constatado pelo relato pitoresco e bizarro do viajante Beyer, de 1813: *“antes de chegar à cidade de Itu, o terreno é cultivado e todos os campos são plantados com cana e ao pé de cada rio encontram-se engenhos e alambiques movidos por água. Os vales são cheios de gado [...] pelos arredores de Itu é impossível não notar que toda a gente da classe baixa tinha os dentes incisivos perdidos pelo uso constante da cana de açúcar, que chupam sem cessar e conservam na boca em pedaços de algumas polegadas. Quer em casa, quer fora dela, não a largam e é possível que esta também seja a causa de haver ali mais gente gorda do que em outros lugares. A classe superior gosta também de doce, pelo que recebeu a alcunha de “mel do tanque”, isto é, o melhor melado produzido na fabricação do açúcar. Os próprios bois e os burros também participam da mesma inclinação e encontram-se eles, tal qual seus condutores, mastigando cana. É um refresco para todos durante o calor”*.⁴⁵

Ali se encontravam estabelecidas as principais famílias dedicadas à fabricação e exportação (inicialmente para o mercado interno, mas a partir do último quartel do XVIII também para o externo). Dali saiu um intenso fluxo colonizador para os arredores, com abertura de estradas e fundação de fazendas e expansão das lavouras. Ao lado de Jundiaí e Sorocaba, compunha a tríade pioneira em terras avançadas. Se foi Sorocaba que tomou fama por suas feiras de muare, também vale frisar que por bom tempo Jundiaí manteve a fama de *“porto seco”*, tamanha a importância que desempenhava para as tropas que circulavam pela capitania. D’Alincourt, por ocasião de sua viagem em 1818 notaria tratar-se de *“chamava a atenção de d’Alincourt a ser “vila pouco povoada porque grande número de seus moradores [...] saem por camaradas, e arrieiros das diversas tropas; que ali se arranjam do preciso, para seguirem jornada; e em que se empregam, todos os anos, de oitocentas a mil bestas, o que forma um mui útil ramo de negócio destes habitantes”*.⁴⁶

Em todo o conjunto da colônia, uma *“das primeiras [indústrias siderúrgicas] a ser montada foi a Real Fábrica de Ferro de Ipanema, nos arredores de Sorocaba. Depois de varias peripécias, começou finalmente a funcionar em 1815, sob a direção do Cel. Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen [...] Sua produção, durante vários anos, constou de algumas dezenas de arrobas de*

*ferro gusa e obras fundidas, destacando-se, entre estas, canhões e balas, moendas para engenhos de açúcar, bem como numerosos instrumentos de trabalho, como machados, picaretas, enxadas e outros. Contava a fábrica com [...] 24 mestres livres e 85 escravos”.*⁴⁷ “O lugar mais rico, porém, é a montanha chamada “Araçoiaba” (“Goraçiba”, no original), ordinariamente denominada “Morro do Ferro”, a meia légua de distância da fábrica com a qual se comunica por uma estrada nova e larga”.⁴⁸

Talvez até mais importante do que o centro agrícola em que vinha se convertendo Piracicaba, era a povoado de Campinas de Mato Grosso,⁴⁹ florescente núcleo entre Jundiá e Mogi-Mirim. Criada vila em 1797 “com o título de São Carlos, em comemoração do Augusto Nome da Rainha, a Senhora D. Carlota Joaquina. Antes de ser vila, constava somente de nove moradas de casas, hoje chegam estas a mil [...] tem crescido consideravelmente em propriedades: o negócio é aí grande; a cada passo encontram-se armazéns de tudo quanto se precisa, algumas lojas de bebidas, e um bilhar; notam-se muitas casa acabadas de fresco, e outras a construir-se [...] No lugar marcado na planta com uma cruz, projeta-se edificar um novo templo [...] e] As ruas de S. Carlos são direitas, e de boa largura, mas não guarnecidas de casas [...] donde se deduz que] São grandes as proporções que tem S. Carlos para ser uma vila opulenta; além da admirável posição, que ocupa, e da fertilidade do terreno; respira-se ali um ar puro, goza-se de um clima sadio, e de belas águas [...] Os senhores de engenho compõem a classe principal da terra [...] Todo o terreno de Campinas é ótimo para a plantação da cana [...] para a cana miúda, como para a de caiena; contudo fazem mais uso desta última, que chega a dez, e doze palmos de alto [...] basta dizer-se que, há perto de sessenta anos, que recebe a planta, sem que tenha sido preciso deixar-se o terreno em descanso, por se não conhecer o menor abatimento na produção [...] Tem o terreno todo de Campinas a grande vantagem de não ser minado pelas formigas [...] O principal senhor de engenho é o Coronel de Milícias Luís Antônio, morador em S. Paulo, homem ajudado pela fortuna de um modo espantoso, e que possui uma das mais sólidas casas do Brasil; só ele, em Campinas, tem dezesseis engenhos, um dos quais lhe rendeu em 1817, nove contos de réis; a sua colheita anual não desce de trinta mil arrobas de açúcar [...] A escravatura forma o principal ramo de importação, depois o sal, ferro, aço, gado, e outros géneros em menor quantidade”.⁵⁰

Campinas concentrava os maiores engenhos da província, estabelecidos sobre terras “virgens”, trabalhados pelos maiores plantéis de africanos que se encontravam nos levantamentos de população: “Em 1799 a média de produção por engenho [em São Paulo] alcançava apenas 86 sacas anuais, que se elevava a 244 sacas em 1836 [... já] Campinas, em 1836, registrou-se a produção média de 921 sacas”.⁵¹

O “Quadrilátero do Açúcar” e sua importância no plano político

Tendo Itu como área *core*, a lavoura canavieira se adensava no chamado “Quadrilátero do Açúcar”.⁵² Abriam-se as bases para que surgissem diversos bairros, fazendas, pousos e capelas que evoluíam para cidades, como são os casos de Itatiba, Monte-Mor, Indaiatuba, Capivari, Tietê, Santa Bárbara d’Oeste, dentre outros. Ainda que a ampliação da produção açucareira se desse quase que exclusivamente de forma horizontal, via inserção de novas terras e novas fazendas no processo produtivo, é possível notar algumas melhorias técnicas também. O cultivo da cana-caiana já se poderia considerar como uma melhoria genética, tendo sido bastante rápida sua propagação. Esta foi pilhada do jardim botânico de Caiena em 1809, numa espécie de retalhação às hostilidades sofridas por Portugal por parte da França.⁵³ Levada para Belém do Pará, menos de uma década depois já se encontrava em Campinas.

Como forma de aumentar a eficiência e reduzir o consumo de lenha, “surgia a chaminé na paisagem. Uma única fornalha sob o tacho de bater [primeiro à esquerda] que exigia mais calor e uma tiragem única, feita pela chaminé, quando o calor ia passando sob os demais tachos do assentamento. O caldo, por sua vez, ia sendo concentrado a partir do tacho [último à direita] e seguintes”.⁵⁴ “Melo Castro e Mendonça sugeriu que, na concessão de sesmarias, se impusesse a condição de arar uma parte da terra. Assim, logo depois, seguindo instruções da Coroa, arbitrou que nas novas sesmarias para cada légua em quadra, seis braças também em quadra fossem obrigatoriamente cultivadas com arado. Essa medida também não surtiu efeito.”⁵⁵ Além disso, os já mencionados instrumentos agrícolas fabricados na Fundição de Ipanema, assim como suas moendas de ferro, eram importantes evoluções para o quadro geral de precariedade e atraso técnico experimentos pela agricultura paulista de época.

Tanto Campinas quanto Piracicaba destacavam-se como principais zonas de expansão da agricultura mercantil que se estabelecia na capitania/província de São Paulo. Abrigavam algumas das mais eminentes autoridades do Brasil de época. Para se ter uma idéia, citemos três exemplos. O Regente Feijó teve seu primeiro cargo político em Itu, onde em 1813 foi citado no recenseamento como senhor de engenho, com 13 escravos, e desde 1818 lecionava Filosofia Racional e Moral.

O Patriarca José Bonifácio, ao morrer, deixou em seu testamento “na dita Província, distrito de Piracicaba, uma parte num engenho de açúcar,, com suas terras e benfeitorias, do qual meu irmão Martim Francisco Ribeiro D’Andrada é diretor e administrador.”⁵⁶

Já Nicolau Vergueiro, quando foi Inspetor Particular das Estradas do distrito-freguesia de Piracicaba, tomou maior contato com a região, onde desde 1807 possuía um engenho chamado do Limoeiro. Esse conhecimento empírico tornou-o, sabido que era, especialista na área. Em 1814 comprou a sesmaria do Monjolinho, no sertão de Araraquara, onde iniciou a criação de gado, objetivando, entre outras finalidades, abastecer os engenhos do quadrilátero com animais para as lides dessa indústria. A posse de duas terras lhe facultou elaborar e botar em prática um ambicioso plano para a criação de uma grande “empresa agrária”, tornando-se sócio do Brigadeiro Luiz Antônio em 1816 – este, no dizer de Ellis Jr., “*de todos estes plantadores de cana nenhum por sombra se podia comparar ao português coronel Luís Antônio de Sousa Macedo e Queirós (1760-1819), dentro em breve brigadeiro, o homem mais rico da capitania de S. Paulo e seu maior lavrador e um dos mais opulentos vassalos do Brasil joanino*”.⁵⁷ A fama da “Firma Vergueiro & Sousa” era a de que o primeiro realizava, enquanto o outro financiava.⁵⁸ No mesmo ano de 1816 compram as fazendas Taquaral e Monte Alegre, esta segunda ex-propriedade do Vigário Amaral Gurgel, onde funcionava um grande engenho. Em 1817 obtiveram mais duas sesmarias, a de Morro Azul, onde estabeleceram o engenho de Ibicaba,⁵⁹ e uma segunda, logo abandonada em função da “*existência de inúmeros posseiros nas terras conseguidas*”. Por ocasião da morte do Brigadeiro, em 1819, coube a Vergueiro dar continuidade às atividades, até que, em 1825, a empresa foi dividida entre este e os herdeiros do falecido. Nos seus nove anos de existência, havia mais que duplicado o valor de seus bens, cabendo dessa partilha, ao futuro senador, a sesmaria de Morro Azul, onde estava a fazenda e o engenho de Ibicaba. Nela iniciou de forma pioneira o plantio de café em 1828; em 1840 introduziu os primeiros colonos portugueses, numa nova proposta de trabalho agrícola e, em 1846 chamam as primeiras famílias de alemães para trabalhar em suas terras. Devido à sua importância, deu visibilidade ao povoado de Nossa Senhora das Dores do Tatuiby,⁶⁰ que viria a se tornar a cidade de Limeira. São bons indicadores dessa situação de frente pioneira, expansionista, concentradora e essencialmente mercantil da agricultura paulista, vivenciada no primeiro quartel do XIX, análises e levantamentos como: “*Somente senhores de engenho muito ricos, não residindo na fazenda, os que possuem vários engenhos e os que exercem ainda outras atividades não administram a própria fazenda de cana [...] Em Piracicaba, onde a rede fundiária apresenta*

*fazendas muito grandes e concentradas em algumas mãos, como já foi visto, aparecem os administradores relativamente com mais freqüência.”*⁶¹ Ou ainda: *“Merece realce Campinas, onde cerca de 70% dos cativos pertenciam a indivíduos possuidores de mais de 20 escravos. Nessa vila, mais da metade dos cativos situavam-se em plantéis superiores a 40, sendo que apenas 8,5% pertenciam aos que não ultrapassavam 5 escravos; estes proprietários representavam metade dos existentes na localidade.”*⁶²

Ao mesmo tempo em que se firmava a lavoura canavieira no “*quadrilátero*” – o que em si só já se constituía um fato novo na história do Brasil, por ser a primeira área que, distantes mais de cem quilômetros do litoral, tornou-se exportadora de produtos agrícolas em grande escala -⁶³, acelerava-se a tomada do sertão “*desconhecido*” e “*despovoado*”. As serras de Botucatu, os campos de Araraquara, o sertão do rio Pardo eram objetos de solicitações de sesmarias por parte de paulistas, lusos e de mineiros, estes últimos, descrentes da situação econômica de sua capitania, vinham atraídos por notícias de parentes, mas também pois repelidos por forças centrifugas.

Os documentos de doação de terras eram bastante imprecisos, muitas vezes não havia nem por parte do suplicante conhecimento algum a respeito da área que solicitava. Uma vez concedida a sesmaria, há regularização da terra só se concretizaria mediante a medição judicial e a ocupação produtiva da mesma, num prazo de até seis meses. A despeito disso, sabe-se a entre a teoria e a prática havia uma grande fossa, que tanto contribuiu para a manutenção da imprecisa rede fundiária brasileira. Some-se a isso que entre a Independência (1822) e a proclamação da Lei de Terras (1850) ficou um lapso descoberto de regulamentação jurídica. Vejamos alguns trechos de solicitações e compras de sesmarias ocorridas na primeira metade do XIX nos então confins da província. Dentre as provas de que nem peticionário nem concedente tinham (ou se tinham faziam questão de não mencionar) conhecimentos minimamente apurados sobre as terras em questão, vemos casos tais como: “*não compreenderá esta Data veeiros os minas de qualquer gênero de metal que nela se descobrir, reservando também os paus Reais*”, ou segue para “*diante entre os ditos matos e morros [...] tê prefazer a área*”, ou ainda “*incluindo-se na testada quaisquer voltas ou enseadas que tenha o dito rio [...] livres de lagoas, pântanos e sopais*”. Tão pouco com relação ao tamanho das mesmas se fazia idéia do que se estava sendo concedido: “*um cordão de serra, que fica servindo de divisa à sesmaria daqueles campos que o suplicante pede, os quais terão, se tiverem, três léguas em quadra*”, ou “*Recebia no rio Jacaré, sertão de Araraquara, uma légua de terreno de testada e três de fundo, ou vice-versa, como melhor conviesse [...] a doação tinha princípio num bebedouro de antas*”, ou ainda “*na mencionada paragem, fazendo testada e correndo o sertão ao vento, que melhor lhe convier*”.⁶⁴

Em 1854 foi feito o registro paroquial, pelo qual, findo o período de quase trinta anos sem legislação fundiária vigente, os ocupantes de terras e os possuidores de títulos de sesmarias ficavam sujeitos à legitimação de seus direitos. Mesmo após esse tempo, não se podia dizer que havia se estabelecido um sistema minimamente confiável para a demarcação das propriedades: “*abrange tudo que verte para o Ribeirão Preto*”, ou “*tendo principio a sua diviza em húma perova sêcca, que se acha na veira do corrigo, da Capoeira do Mangueiro desta em rrúmo a húm pau de painera, marcado, que se ácha na veira do caminho vélho, que vai para o João Lourencinho, e desta a esquerda, pelo espigão*” eram os apontamentos feitos.⁶⁵

Considerações finais

Para concluir, nos falta abordar dois temas centrais, o do escravo e o do latifúndio, assim como esses vem sendo abordados por novos pontos de vista da historiografia.

As questões referentes à mão-de-obra empregada também passavam por mudanças nesse período caracterizado por intensas transformações parciais – talvez nenhuma delas pudesse ser considerada uma ruptura. Desde 1728 era ilegal herdar, deixar em testamento ou dar índios em dote e uma lei de 1758 decretara a plena liberdade dos índios – ainda que, por força do “*uso e costume*”, ou mesmo por desconhecimento ao estabelecimento da lei, a “*administração particular*” dos nativos ainda se manteve por mais tempo. Porém a economia canavieira de larga escala, voltada para a produção ao mercado externo, demandava uma força de trabalho muito superior à exigida pela agricultura itinerante de coivara. Daí Gama afirmar ser problema vital ao estabelecimento dos engenhos o “*custo dos bens de produção importados, o cobre e o negro em especial.*”⁶⁶ A partir da virada do século XVIII para o XIX é que se avoluma significativamente a participação dos escravos negros (africanos) em São Paulo, atrelados principalmente aos cultivo e exportação, dos quais a cana ainda era a proeminente. Entre 1804 e 1829 a média de escravos possuídos por cada produtor de açúcar da capitania/província elevou-se de 16,5 para 31,4.⁶⁷ Seu número total saltou de 44.000 (49% dos quais distribuídos entre o “*Oeste Paulista*” e o “*Vale do Paraíba*” – respectivamente as áreas associadas ao açúcar e ao café, os dois gêneros de exportação em fase de implantação) em 1804; para 87.000 (90% dos quais nas mesmas referidas áreas) em 1836.⁶⁸ Demograficamente, tratava-se, em sua maioria absoluta, de homens situados entre os 15 e 30 anos de vida, o que reduzia o peso relativo atribuído à participação de mulheres, velhos e crianças na pirâmide etária.⁶⁹ Considerados um elevado investimento, mão-de-obra qualifica: africanos, os africanos predominavam sobretudo nos grandes plantéis.

Em 1829, as principais vilas produtoras de açúcar chegavam a ter mais de 50% da população formadas por cativos, como eram os casos de Campinas, Itu e Porto Feliz. Já as produtoras de aguardente, como Lorena, Mogi da Cruzes e Guaratinguetá, contavam com taxas bem inferiores a essas.⁷⁰ Cumpre não achar, entretanto que uma distinção simplista entre escravo de uma lado e senhor do outro seria válida para o conjunto da região estudada – sequer no que se refere ao açúcar isso é inteiramente válido. “*Ligados aos engenhos, havia ainda os trabalhadores [livres e] especializados [...] mestres-de-açúcar, banqueiros, ajuda-banqueiros, purgadores, caixeiros, calafates, caldeireiros, tacheiros, carpinteiros, pedreiros, etc. [...] O complexo padrão fundiário e social possibilitara a coexistência da grande exploração, de pequenos proprietários escravistas e de pequenos produtores não escravistas. A estrutura fundiária era muito mais complexa que a grande propriedade monocultora e escravista [...] articulou-se num amplo quadro de relações com pequenos proprietários, arrendatários e posseiros que garantiam a elasticidade do sistema, o fornecimento de matéria-prima (no caso dos engenhos), o aprovisionamento de víveres e a defesa local.*”⁷¹ Também “*não se deve supor a constituição — na camada livre da população — de uma dicotomia social simplista: grandes proprietários de escravos e de terras e pequenos roceiros sem terras, os primeiros voltados para o setor exportador e os últimos apenas para a subsistência familiar e pequeno comércio interno [...] Os lavradores pequenos e antigos roceiros começaram, então, a constituir suas pequenas plantações de cana: a categoria dos chamados "partidistas" ou "plantadores de cana de partido" formou-se ao lado do grande engenho, aonde sua cana vinha ser moída. Esses partidistas, em sua grande maioria, eram proprietários de escravos, cujo número variava de um até mais de quarenta; eles não possuíam porém a maquinaria do engenho de canas.*”⁷²

“*O latifúndio, entendido como propriedade única de engenho e lavouras, tendia a ser uma ficção jurídica, embora fosse uma realidade econômica. Pois, em torno do engenho, articulava-se uma miríade de pequenos produtores de cana, de lavradores de roça, moradores e agregados [...] a distribuição da propriedade da terra que nos acostumamos chamar latifúndio, mantinha o controle, através do engenho, de uma sociedade bem mais complexa e diversificada do que a relação*

*senhores/escravos, reduzindo-a , porém, a essa polarização [...] não se tratava de impedir a pequena propriedade em si, mas de impedir a pequena propriedade desvinculada ao processo de produção hegemônico, dominado pelo capital mercantil”.*⁷³ A introdução da noção de propriedade particular da terra, que não se deu de forma homogênea no tempo e no espaço, trouxe consigo o “*cercamento das terras*” e com isso deu-se outra importante mudança na paisagem da área: “*o aparecimento das casas, de material mais sólido, as sedes de fazendas, então feitas para durar numa sociedade mais fixada ao solo. Os toscos ranchos de sapé foram substituídos pela casa-grande de dois andares do proprietário e pelas casas rústicas dos escravos.*”⁷⁴

Foi, portanto, essa minoria social composta pelos senhores de engenho, que redefiniu a estratificação social e que “*trouxe consigo os fermentos da diferenciação da sociedade, distinguindo: possuidores de escravos e trabalhadores pobres; produtores para o grande comércio e produtores para a subsistência do grupo familiar; fazendeiros e roceiros.*”⁷⁵

Tamanhas transformações sócio-espaciais foram importantes dentro de um quadro mais amplo de modernização econômica e política no interior da colônia, processos esse que contribuíram para que se culminasse na proclamação da Independência Nacional do Brasil em 1822.

Notas

¹ HOLANDA, 2008, p. 19.

² MONTEIRO, 1994, p. 149.

³ Domingos Jorge Velho em epístola ao rei, apud. MONTEIRO, 1994, p. 138.

⁴ SAMPAIO, p. 17.

⁵ Tomé de Sousa em carta ao rei, apud. HOLANDA, 2008, p. 35.

⁶ MONTEIRO, 1994, p. 225.

⁷ HOLANDA, 2008, p. 26.

⁸ TREVISAN, 1982, p. 31.

⁹ BRIOSCHI et. al., 1991, p. 49.

¹⁰ HOLANDA, 1990, p. 75.

¹¹ Diria Pasquale Petrone tratar-se de “terrenos sedimentares primários da Depressão a oeste, a presença de cursos d’água que, oriundos do Planalto Atlântico, adentram a zona colinar tabuliforme, a exemplo especialmente do Tietê, Piracicaba e Mogi-Guaçu contribui, em consequência da diversidade de rochas, para originar uma linha de quedas típica, de que são bons exemplos o Salto de Itu e o Salto de Piracicaba”. Apud. BRUNO, 1967, p. 60.

¹² HOLANDA, 1990, p. 77.

¹³ HOLANDA, 1990, p. 77.

¹⁴ Hercules Florence apud. RIEDEL, 1979, p. 84.

¹⁵ MONTEIRO, 1994, p. 224.

¹⁶ ELLIS JR., 1979, p. 62.

¹⁷ MONBEIG, p. 136

¹⁸ Carta ao Marques de Lavradio, datada de 1772, apud. PETRONE, 1968, p. 13.

¹⁹ 1766, apud. PETRONE, 1968, p. 16.

²⁰ D’ALINCOURT, 2006, pp. 35-39, observações feitas em 1818.

²¹ Apud. DEAN, 1977, p. 30.

²² Apud. BRUNO, 1966, p. 114.

²³ “Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na capitania de São Paulo”, de 1788, apud. MEDICCI, 2005, p. 97.

²⁴ CANDIDO, 2003, pp. 112-113.

²⁵ CANDIDO, 2003, pp. 60, 63 e 107.

²⁶ DEAN, 1977, p. 32

²⁷ MONBEIG, 1984, pp. 121-123

²⁸ QUEIRÓZ, 1965, p. 25.

- ²⁹ SAMARA, 2005, pp. 96 e 134.
- ³⁰ Afonso de Escagnolle Taunay apud. SAMARA, 2005, p. 124.
- ³¹ QUEIRÓZ, 1965, p. 27.
- ³² FRAGINALS, 1989, p. 42.
- ³³ FRAGINALS (1989) calcula a menor cifra, enquanto ABBOTT (2010) a maior. Para se ter uma estimativa, Fraginals sustenta que o Haiti era responsável, na época, pela produção de 79.000 t. de açúcar, enquanto todo o Brasil alcançava apenas 21.000 t.
- ³⁴ FRAGINALS, 1989, pp. 39-41 e 46.
- ³⁵ Basta analisar algumas Taxas de Masculinidade de 1804 para comprovar isso: Cidade de São Paulo (75), Capitania de São Paulo (159), Oeste Paulista (198), o que se torna socialmente mais complexo com as seguintes cifras; Africanos da Capitania de São Paulo (202) e Africanos do Oeste Paulista (330). LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, pp. 95, 103 e 170.
- ³⁶ É interessante notar que havia o “vau de cauda” e o “vau de orelha”, usando-se um termo ou outro dependendo da altura que a água costumava alcançar no corpo dos animais durante a travessia.
- ³⁷ TREVISAN, 1982, p. 41.
- ³⁸ LEMOS, s./d., p. 16.
- ³⁹ LEMOS, s./d., p. 18.
- ⁴⁰ LEMOS, s./d., pp. 18-19.
- ⁴¹ VITTI e GUERRINI, 1975, p. 21.
- ⁴² VITTI e GUERRINI, 1975, p. 24.
- ⁴³ VITTI e GUERRINI, 1975, p. 25.
- ⁴⁴ VITTI e GUERRINI, 1975, pp. 43 e 47. O nome “Constituição” foi dado em comemoração às conquistas obtidas pela Revolução Liberal de 1820, iniciada no Porto, em grande parte por influência do desembargador Manuel Fernandes, o criador do “Sinédrio”. A primeira Constituição jurada portuguesa, seria, no entanto, respeitada apenas até o ano seguinte, 1823.
- ⁴⁵ BEYER, 1992, p. 31-32.
- ⁴⁶ D’ALINCOURT, 2006, p. 28.
- ⁴⁷ Heitor Ferreira Lima apud. BRUNO, 1967, p. 115.
- ⁴⁸ BEYER, 1992, p. 33.
- ⁴⁹ Campinas de mato grosso pode parecer, a primeira vista, um nome contraditório: ou é campo ou é mato! Entretanto, nos parece que a expressão “mato grosso” faz referência à alguma variedade de capim nativo, de macega, tais como o mimoso, Jaraguá ou branco, esse menos fibrosos, ou o flecha e o navalha, que quando não queimados periodicamente, podiam até mesmo “cortar a canela dos cavalos e ferir a língua dos ruminantes”, conforme relata Eduardo Diniz Junqueira, in: BACELLAR e BRIOSCHI, 1999, p. 62.
- ⁵⁰ D’ALINCOURT, 2006, p. 31-33.
- ⁵¹ Alice Piffer Canabrava apud. BRUNO, 1967, p. 31.
- ⁵² Termo cunhado por Maria Thereza Schorer Petrone, 1968, p. 24. Tinha como limites as vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Mirim e Jundiaí. Tal livro é a maior referência para tratar da questão canavieira em São Paulo entre os anos 1765 e 1851. No entanto, sub-utilizamo-no nesse artigo, por falta tempo para realizar uma boa releitura, uma vez que a quantidade de informações dessa obra é bastante considerável.
- Pet 24
- ⁵³ DEAN, 1996.
- ⁵⁴ FERNANDES, 1971, pp. 106-107.
- ⁵⁵ PETRONE, 1968, p. 86.
- ⁵⁶ José Bonifácio: obras completas. Disponível em: <http://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/1382/digitalizacao/pagina/58/#>, pp. 198-199. Acesso realizado em 12/06/2011.
- ⁵⁷ ELLIS JR., 1979, p. 121.
- ⁵⁸ WITTER, 1982, pp. 21-23
- ⁵⁹ Ibicaba - terra gorda ou fértil, do tupi.
- ⁶⁰ Tatuíby – terra dos tatus, do tupi também.
- ⁶¹ PETRONE, 1968, p. 131.
- ⁶² LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 391.
- ⁶³ Vera Lucia Amaral Ferlini traz interessantes dados referentes às exportações de açúcar em 1798: Rio de Janeiro (800.000), Bahia (435.000), Pernambuco (340.00) e São Paulo (80.000 – números que tomamos a liberdade de arredondar). Esquece a autora de mencionar a unidade, mas tudo leva a crer que se tratam de arrobas. In: FERLINI, 2010, p. 184. Começava-se a contrariar quem dizia ser o açúcar “uma civilização do litoral”, como o fazia AZEVEDO, 1955, p. 33.
- ⁶⁴ LEMOS, s./d., pp. 42-49, 108 e 129.
- ⁶⁵ BACELLAR e BRIOSCHI, 1999, p. 95.

-
- ⁶⁶ GAMA, 1983, p. 68.
⁶⁷ FERLINI, 2010 p. 378.
⁶⁸ LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 186.
⁶⁹ LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, p. 186.
⁷⁰ LUNA, COSTA e KLEIN, 2009, pp. 342 e 375.
⁷¹ FERLINI, 2010 pp. 27 e 213.
⁷² MARCÍLIO, 2000 , p. 107.
⁷³ FERLINI, 2010 pp. 235-237.
⁷⁴ MARCÍLIO, 2000, pp. 184 e 186.
⁷⁵ MARCÍLIO, 2000, p. 107.

Referências bibliográficas

ABBOTT, Elizabeth. *Haiti's Revolution Fueled the Rise of Big Sugar in Cuba and Louisiana*. Overlook Press, 2010. Disponível em: <http://repeatingislands.com/2010/04/12/haitis-revolution-fueled-the-rise-of-big-sugar-in-cuba-and-louisiana/> , acesso realizado em 10/06/2011.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Salvador: Progresso, 1955.

AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil : ensaio sociológico sobre o elemento política na civilização do açúcar*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado e BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). *Na Estrada do Anhanguera*. São Paulo: CERU, 1999.

BEYER, Gustavo. *Viagem a São Paulo no verão de 1813*. Campinas: Instituto de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1992.

BRIOSCHI, Lucila Reis et. al. *Entrantes no Sertão do Rio Pardo*. São Paulo: CERU, 1991.

BRUNO, Ernani Silva. *Viagem ao País dos Paulistas - Ensaio sobre a ocupação da área vicentina e a formação de sua economia e de sua sociedade nos tempos coloniais*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966, 1ª Edição.

BRUNO, Ernani Silva (Org.). *São Paulo, Terra e Povo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o Caipira Paulista e a transformação de seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

D'ALINCOURT, Luís. *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Brasília: Senado Federal, 2006.

DEAN, Warren. *Rio Claro um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo - A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

ELLIS JR., Alfredo. *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do muar, o ciclo do açúcar*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979.

-
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.
- FRAGINALS, Manuel Moreno. *O Engenho - Volume I*. São Paulo: Editora da UNESP, 1989.
- GAMA, Ruy. *Engenho e tecnologia*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1990, 3ª Edição.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 3ª edição, 5ª reimpressão.
- LEMOS, Alberto. *História de Araraquara*. Araraquara: Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria/Prefeitura Municipal, s/d.
- LUNA Francisco Vidal, COSTA Iraci del Nero da, KLEIN Herbert H. *Escravidão Em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.
- MEDICCI, Ana Paula. *Expansão mercantil de São Paulo: “Decadência” e “Vadiagem” nos discursos de memorialistas, viajantes e autoridades públicas, 1782-1822*. In: Almanack Braziliense nº 1, maio de 2005, disponível em http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01_informe_1.pdf.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra - Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S. Paulo: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. Imprensa São Paulo: O Estado de São Paulo, 1923.
- NAZZARI, Muriel. *Da escravidão à liberdade: a transição do índio administrado para vassalo independente em São Paulo colonial*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). Brasil: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- QUEIROZ, Carlota Pereira de. *Um Fazendeiro Paulista no século XIX (Manoel Elpídio Pereira de Queiroz)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1965.
- RIEDEL, Diaulas (Org.). *O Planalto e os Cafezais*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano Itu, 1780-1830*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. *Formação histórica da “Dorsal Paulista”*. In: LEMOS, Amalia Inés de e GALVANI, Emerson (Orgs.). *Geografia, Tradições e Perspectivas: a Presença de Pierre Monbeig*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, V.1.

SAMPAIO, Scyllas Leite de. *Indaiatuba, sua história*. Indaiatuba: Rumograf, 1998.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

TREVISAN, Amélia Franzolin. *Casa Branca, a povoação dos ilhéus*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1982.

VITTI, Guilherme e GUERRINI, Leandro. *Piracicaba. Noiva da Colina*. Piracicaba: Editora Aloisi, 1975.

WITTER, José Sebastião. *Ibicaba: uma experiência pioneira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982.

XII Coloquio de Geocrítica 2012
Bogotá, 7 al 11 de Mayo

